

# Governo quer um substitutivo

por Helena Daltro  
de Brasília

A emenda que convoca e instala a Assembléia Nacional Constituinte será votada nos dias 21, 22 e 23 deste mês e o governo quer aprovar um substitutivo que não altere substancialmente o texto original enviado pelo presidente José Sarney ao Congresso. A decisão foi ratificada ontem por Sarney, pelos líderes do PMDB e do PFL, pelos ministros da Justiça, Fernando Lyra, e do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, durante a reunião do Conselho Político, no Planalto.

A mensagem do Executivo instala a Constituinte no dia 31 de janeiro de 1987. É um texto enxuto, de apenas três parágrafos, que delega ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves, a missão de dirigir a sessão de eleição do presidente

da Constituinte e especifica que o projeto de Constituição, a nona Carta que terá o País, será promulgado após aprovado em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Constituinte.

Muitas propostas surgiram no Congresso. São elas: eleição de candidatos avulsos; eleição de 123 delegados constituintes; prazo de desincompatibilização para um ano ou nove meses; ampliação da anistia aos militares punidos por atos políticos; Constituinte autônoma; e eleição em datas diferentes para governadores e constituintes.

O Planalto é contra essas medidas. Admite negociar um aumento do prazo de desincompatibilização que não seja de um ano, embora não concorde substancialmente com a proposta. A maioria dos membros do Conselho Político também é contra a maior parte

das propostas, conforme assegurou o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli. O senador disse que durante a reunião do Conselho Político a cúpula dos dois partidos e do governo admitiu que o Congresso faça apenas pequenas modificações, tais como alteração da data de instalação da Constituinte e, se houver respaldo e acordos partidários na Câmara e no Senado, modificação do prazo de desincompatibilização.

Quanto à votação da emenda, ficou decidido que podem ser adotadas duas alternativas: votar em primeiro lugar a mensagem do Executivo e depois as subemendas contendo as propostas polêmicas ou votar um substitutivo do relator da matéria na comissão mista, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), que englobe a mensagem do presidente, ou seja, não altere substancialmente o texto original.